

Dívida alta é o que preocupa no Brasil, diz diretor do BIS

Sergio Leo
De Brasília

Uma redução no ritmo do crescimento, uma alta dos juros para países emergentes ou uma reversão nos saldos positivos das contas públicas ainda são ameaças à recuperação econômica do Brasil, porque interromperiam a queda na relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), comentou ontem Malcolm Knight, diretor-gerente do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês). O excelente desempenho da política macroeconômica brasileira e o crescimento sincronizado das grandes economias mundiais indicam, porém, que as perspectivas para o Brasil são as mais positivas possíveis, se for mantido o rumo definido pelas autoridades, acredita Knight. A dívida pública representa, hoje, mais de 57% do PIB, a medida da riqueza gerada anualmente pelo país.

Com repetidos elogios à solidez do sistema bancário brasileiro, Knight, ex-presidente do BC do Canadá, lamentou, porém, a limitada oferta de crédito no país (entre 20% a 30% do PIB, "atípico em relação a mercados emergentes similares"). Ele atribui essa baixa oferta de crédito a "fraquezas de longa data" no sistema financeiro, como as dificuldades de recuperação de créditos, que, acredita, vêm sendo enfrentadas pelo governo.

Knight notou ainda que a proporção de "reservas de caixa" (depósitos compulsórios) exigidos pelo BC sobre os depósitos dos bancos são "relativamente altos" no Brasil, o que contribui, ao lado de fatores como a CPMF e os custos de recuperação de créditos, para os altos spreads (taxas) cobrados pelos bancos nos empréstimos. "Essa é uma área que deve ser olhada como uma das questões microeconômicas a serem enfrentadas", alertou.

Para Knight, o BC deve ter auto-

nomia para dar prioridade à política de metas de inflação. Ele diz que são as autoridades monetárias quem devem avaliar se o melhor instrumento para executar essa tarefa é a intervenção direta nas taxas de juros ou o controle dos meios de pagamento, feito com os depósitos compulsórios.

O BIS é uma espécie de associação mundial de bancos centrais, e tem como sócios na América do Sul o Brasil, a Argentina e o Chile. Knight, que visita esses países pela primeira vez desde que assumiu o posto, em janeiro do ano passado, elogiou também a recuperação da economia argentina, embora acredite que as dificuldades da renegociação da dívida externa do país ainda ameace as perspectivas de continuação do crescimento naquela economia. Mas o mercado vê as dificuldades da Argentina como caso isolado e não há riscos de contágio para o Brasil, garantiu.

As novas regras de controle de risco bancário e de supervisão do sistema financeiro, conhecidas como Acordo da Basiléia 2, discutidas e coordenadas no BIS, não devem afastar os investidores internacionais de mercados emergentes como o Brasil, "pelo contrário", acredita Knight. Para países com dificuldades em assegurar a estabilidade e solidez do sistema financeiro essas regras podem representar um grande desafio, mas esse não é o caso brasileiro, assegurou. "O sistema bancário do Brasil é bem capitalizado, líquido, e acho que está em posição de tirar vantagem do fortalecimento da economia doméstica e internacional", garantiu.

O dirigente do BIS traçou um cenário positivo das economias nacional e internacional. Neste ano, o crescimento mundial previsto por instituições como o Banco Mundial chega a "substanciais" 4,8%, e é um crescimento sincronizado das maiores economias. Até a alta das taxas de juros americanas deve ser vista nessa perspectiva: de garantia de um

crescimento sustentável e controle da inflação, o que só deve beneficiar o Brasil, afirma Knight.

O país está em uma situação privilegiada, com capacidade de se aproveitar do aumento da demanda externa e da recuperação da demanda interna. "A política econômica no Brasil está em um curso claramente estabilizador, com a atividade econômica fortalecendo-se e um círculo virtuoso na dinâmica da dívida." O respeito à política de metas de inflação "é a chave" para manter essa situação, e o país precisa tomar as medidas necessárias para manter o superávit nas contas públicas suficiente para pagamento das dívidas, receitou.

Conforme Knight, a distribuição do sistema financeiro brasileiro, entre bancos nacionais e estrangeiros, instituições federais e estaduais, forma uma "boa mescla" e cria um bom ambiente de competição, que beneficiará os usuários e deve ajudar na queda dos juros, quando forem enfrentados os obstáculos "microeconômicos" à redução dos spreads.

"A gerência de riscos e as condições dos bancos no Brasil são muito boas", repetiu, elogiando a nova Lei de Falências brasileira como um passo importante para fortalecer a intermediação bancária no país.

Ele disse acreditar que a maioria dos países desenvolvidos, e alguns em desenvolvimento, adotarão os novos padrões unificados de segurança bancária antes do fim de 2006, o prazo previsto pelas regras da Basiléia 2. A adoção dessas normas beneficiará países como o Brasil, por facilitar a diferenciação entre os mercados emergentes que já vem sendo feita pelos investidores, afirmou. "Os investidores internacionais têm recompensado os países que administram bem seus problemas, baixando spreads soberanos, reduzindo taxas de risco para instituições financeiras onde países parecem bem administrados", argumentou.